

Formação Permanente - Português

“DEUS É AMOR!”

Terceira Pregação, Quaresma de 2023

Raniero Cantalamessa

Há necessidade da teologia!

Para a minha e a sua consolação, Santo Padre, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, esta meditação será centrada toda e apenas sobre Deus. A teologia, isto é, o discurso sobre Deus, não pode permanecer estranha à realidade do Sínodo, como não pode permanecer estranha a qualquer outro momento da vida da Igreja. Sem a teologia, a fé se tornaria facilmente morta repetição; careceria do instrumento principal para a sua inculturação.

Para desempenhar esta tarefa, a teologia necessita, ela própria, de uma renovação profunda. O que o povo de Deus necessita é uma teologia que não fale de Deus sempre e apenas “em terceira pessoa”, com categorias frequentemente tomadas do sistema filosófico do momento, incompreensíveis fora do círculo restrito dos “iniciados”. Está escrito que “o Verbo se fez carne”, mas, na teologia, frequentemente o Verbo se fez somente ideia! Karl Barth desejava o advento de uma teologia “capaz de ser pregada”, mas este desejo me parece ainda estar longe de ser realizado. São Paulo escreveu:

O Espírito sonda tudo, até mesmo as profundezas de Deus... Ninguém conhece o que é de Deus, a não ser o Espírito de Deus. Nós não recebemos o espírito do mundo, mas recebemos o Espírito que vem de Deus, para conhecermos os dons que Deus nos concedeu (1Cor 2,10-12).

Mas, então, onde encontrar uma teologia que se apoie no Espírito Santo, mais do que em categorias de sabedoria humana, para conhecer “as profundezas de Deus”? É preciso, para isso, recorrer a matérias chamadas “opcionais”: à “Teologia espiritual”, ou então à “Teologia pastoral”. Henri de Lubac escreveu: “O ministério da pregação não é a vulgarização de um ensinamento doutrinal em forma mais abstrata, que lhe fosse anterior e superior. É, ao contrário, o próprio ensinamento doutrinal, em sua forma mais alta. Isto era verdadeiro para a primeira pregação cristã, aquela dos apóstolos, e igualmente verdadeiro para a pregação daqueles que lhes sucederam na Igreja: os Padres, os Doutores e os nossos Pastores na presente hora”[1].

Estou convicto de que não há qualquer conteúdo da fé, por mais elevado, que não possa ser tornado compreensível a toda inteligência aberta à verdade. Se há uma coisa que podemos aprender dos Padres da Igreja é que podemos ser profundos sem ser obscuros. São Gregório Magno afirma que a Sagrada Escritura é “simples e profunda, come um rio em que, por assim dizer, um cordeiro pode caminhar e um elefante pode nadar”[2]. A teologia deveria se inspirar neste modelo. Cada um deveria poder aí encontrar pão para seus dentes: o simples, a sua alimentação, e o douto, alimento refinado para seu paladar. Sem contar que, frequentemente, é revelado aos “pequeninos” o que permanece oculto “aos sábios e entendidos”.

Mas peço desculpas se estiver traindo minha promessa inicial. Não é um discurso sobre a renovação da teologia que pretendo fazer nesta sede. Eu não teria nenhum título para fazê-lo. Gostaria mais de mostrar como a teologia, entendida no sentido acenado, pode contribuir para apresentar de modo significativo a mensagem evangélica ao homem de hoje e a dar nova seiva à nossa fé e à nossa oração.

A mais bela notícia que a Igreja tem o dever de fazer ressoar no mundo, aquela que todo coração humano espera ouvir, é: “Deus te ama!”. Esta certeza deve tirar do lugar e substituir aquela que trazemos dentro de nós desde sempre: “Deus te julga!”. A solene afirmação de João: “Deus é amor” (1Jo 4,8) deve acompanhar, como uma nota de fundo, todo anúncio cristão, mesmo quando deverá recordar, como faz o Evangelho, as exigências práticas desse amor.

Quando invocamos o Espírito Santo – também na presente ocasião do Sínodo –, pensamos primeiramente no Espírito Santo como luz que nos ilumina sobre as situações e nos sugere as soluções justas. Pensamos menos no Espírito Santo como amor; ao contrário, é esta a primeira e mais essencial operação do Espírito de que a Igreja necessita. Somente a caridade edifica; o conhecimento – também teológico, jurídico e eclesiástico – frequentemente não faz outra coisa senão inchar e dividir. Se nos perguntarmos por que estamos tão ansiosos em conhecer (e hoje, tão animados com a perspectiva da inteligência artificial!) e tão pouco, ao contrário, preocupados em amar, a resposta é simples: é que o conhecimento se traduz em poder, o amor, ao invés, em serviço!

O próprio Henri de Lubac escreveu: “É preciso que o mundo saiba: a revelação do Deus Amor inverte tudo o que ele concebera sobre a divindade”[3]. Até hoje não terminamos (nem terminaremos jamais) de tirar todas as consequências da revolução evangélica sobre Deus como amor. Nesta meditação, gostaria de mostrar como, partindo da revelação de Deus como amor, iluminam-se de nova luz os principais mistérios da nossa fé: a Trindade, a Encarnação e a Paixão de Cristo, e torna-se menos difícil fazê-los compreender pelas pessoas.

Por que a Trindade?

Iniciemos do mistério da Trindade: por que nós, cristãos, cremos que Deus é uno e trino? Tenho me encontrado, mais de uma vez, a pregar a palavra de Deus a cristãos que vivem em países de maioria islâmica, nos quais, contudo, há uma relativa tolerância e possibilidade de diálogo, como ocorre nos Emirados Árabes. São pessoas, na maioria imigrantes, empregadas como mão de obra. Às vezes, perguntaram-me sobre o que responder à questão que lhes é dirigida nos lugares de trabalho: “Por que vocês, cristãos, dizem que são monoteístas, se não creem em um Deus uno e único?”.

Digo o que tenho aconselhado a lhes responder, pois é a explicação que deveríamos dar a nós mesmos e a quem nos interroga sobre o mesmo problema. Nós cremos em um Deus uno e trino porque cremos que Deus é amor. Todo amor é amor a alguém, ou a algo; não se dá um amor ao acaso, sem objeto, como não há conhecimento que não seja conhecimento de alguém ou de algo.

Portanto, quem ama a Deus, para ser definido amor? O universo? A humanidade? Mas então é amor apenas há algumas décadas de milhares de anos, isto é, desde quando existe o universo físico e a humanidade. Antes de então, quem amava a Deus para que fosse amor, a partir do momento em que Deus não pode mudar e começar a ser o que, precedentemente, não era? Os pensadores gregos, concebendo Deus sobretudo como “pensamento”, podiam responder, como faz Aristóteles em sua Metafísica: Deus pensava a si mesmo; era “puro pensamento”, “pensamento de pensamento”[4]. Mas isto não é mais possível, do momento em que se diz que Deus é amor, pois o “puro amor de si mesmo” seria apenas egoísmo ou narcisismo.

E eis a resposta da revelação, definida no Concílio de Niceia de 325. Deus é amor desde sempre, ab aeterno, porque antes ainda que existisse um objeto fora de si para amar, tinha em si próprio o Verbo, “o Filho unigênito”, que amava com um amor infinito, que é o Espírito Santo. Se “no princípio era o Verbo” (Jo 1,1), quer dizer que no princípio era o amor!

Tudo isso não explica como a unidade possa ser contemporaneamente trindade, mistério incognoscível por nós porque ocorre somente em Deus. Ajuda-nos, porém, a intuir por que em Deus a unidade deve ser também comunhão e pluralidade. Deus é amor: por isso é Trindade! Um Deus que fosse puro conhecimento ou pura lei, ou poder absoluto, não teria certamente necessidade de ser trino. Isto, ao invés, complicaria as coisas. Nenhum triunvirato e nenhuma diarquia jamais duraram longamente na história!

Também os cristãos creem, portanto, na unidade de Deus e são, por isso, monoteístas; uma unidade, porém, não matemática e numérica, mas de amor e comunhão. Se há algo que a experiência do anúncio demonstra ser ainda capaz de ajudar os homens de hoje, se não para explicar, ao menos para se fazer uma ideia da Trindade, isso, repito, é justamente o que gira em torno do amor. Deus é “ato puro”, e este ato é um ato de amor, do qual emergem, simultaneamente e ab aeterno, um amante, um amado e o amor que os une.

O mistério dos mistérios não é, pensando bem, a Trindade, mas entender o que é, na realidade, o amor! Sendo ele a essência de Deus, não nos será dado entender plenamente o que é o amor nem mesmo na vida eterna. Ser-nos-á dado, contudo, algo de melhor do que conhecê-lo, isto é, possuí-lo e nos saciar dele eternamente. Não se pode abraçar o oceano, mas nele se pode adentrar!

Por que a encarnação?

Passemos ao outro grande mistério para crer e anunciar ao mundo: a Encarnação do Verbo. À luz da revelação de Deus como amor, também isso, veremos, adquire uma nova dimensão. Peço perdão se, nesta parte, talvez eu peça um esforço de atenção superior ao que é lícito pedir aos ouvintes em uma pregação, mas creio que o esforço valha a pena ser feito uma vez na vida.

Retomemos a partir da famosa pergunta de Santo Anselmo (1033-1109): “Por que Deus se fez homem?”. Cur Deus homo? É conhecida a sua resposta. É porque somente alguém que fosse ao mesmo tempo homem e Deus podia nos resgatar do pecado. Como homem, de fato, ele podia representar toda a humanidade e, como Deus, o que fazia tinha um valor infinito, proporcional à dívida que o homem contraíra com Deus ao pecar.

A resposta de Santo Anselmo é perenemente válida, mas não é a única possível, e nem mesmo totalmente satisfatória. No credo, professamos que o Filho de Deus se fez carne “por nós, homens, e para nossa salvação”, mas a nossa salvação não se limita apenas à remissão dos pecados, muito menos de um pecado particular, o original. Sobra espaço, portanto, para o aprofundamento da fé.

É o que buscar fazer o Bem-aventurado João Duns Scotus (1265 - 1308). Deus – afirma ele – se fez homem porque este era o projeto divino originário, anterior à própria queda: isto é, que o mundo – criado “per meio de Cristo e em vista dele” (Cl 1,16) – encontrasse nele, “na plenitude dos tempos”, a sua coroação e a sua recapitulação (Ef 1,10).

Deus, escreve Scotus, “antes de tudo ama a si mesmo; depois, quer ser amado por alguém que o ame em sumo grau fora de si mesmo”; por isso, “prevê a união com a natureza, que devia amá-lo em sumo grau”. Este amante perfeito não podia ser nenhuma criatura, sendo finita, mas somente o Verbo eterno. Este, por isso, teria se encarnado “mesmo que ninguém tivesse pecado”[5]. O pecado de Adão não determinou o próprio fato da encarnação, mas somente a sua modalidade de expiação mediante a paixão e a morte.

No início de tudo, ainda há, infelizmente, como se vê em Scotus, um Deus para amar mais do que um Deus que ama. É um resíduo da visão filosófica do Deus “motor imóvel”, que pode ser amado, mas não pode amar. “Deus – escrevera Aristóteles – move o mundo à medida que é amado”, isto é, enquanto objeto de amor, não quando ama[6]. Em linha com a visão ocidental da Trindade, Scotus põe a natureza divina, não a pessoa do Pai, no início do discurso sobre Deus. E a natureza não é um sujeito que ama! Isso, os nossos irmãos ortodoxos, herdeiros dos Padres gregos, viram mais justamente do que nós, latinos.

Sobre este ponto, a Escritura nos chama a todos, creio, a dar hoje um passo à frente, também em relação a Scotus, sempre conscientes, contudo, de que as nossas afirmações sobre Deus não são outra coisa senão instáveis sinais traçados com o dedo na superfície do oceano. Deus Pai decide a encarnação do Verbo não porque quer, fora de si, alguém que o ame de modo digno de si, mas porque quer ter fora de si alguém para amar de modo digno de si! Não para receber amor, mas para derramá-lo. Ao apresentar Jesus ao mundo, no Batismo e na Transfiguração, o Pai celeste diz: “Este é o meu Filho, o amado” (Mc 1,11; 9,7); não diz: “o amante”.

Somente o Pai, na Trindade (e em todo o universo!), não necessita ser amado para existir; necessita apenas amar. Isto é o que garante o papel do Pai como fonte e origem única da Trindade, mantendo, ao mesmo tempo, a perfeita igualdade de natureza entre as três divinas Pessoas. Há, na origem de tudo, a fulgurante intuição de Agostinho e da escola nascida a partir dele. Ela define o Pai como o amante, o Filho como o amado e o Espírito Santo como o amor que os une[7]. Nisso, também nós, latinos, temos algo de precioso e essencial a oferecer para uma síntese ecumênica. Graças a Deus, uma plena reconciliação entre duas teologias não parece tão difícil e distante. Este seria um passo decisivo em direção à unidade da Igreja.

Por que a paixão?

Vamos agora ao terceiro grande mistério: a paixão de Cristo, que estamos prestes a celebrar na Páscoa. Vejamos como, partindo da revelação de Deus como amor, também isso se ilumina de nova luz. “Por seus ferimentos fomos curados”: com estas palavras, ditas sobre o Servo de Javé (Is 53,5-6), a fé da Igreja expressou o significado salvífico da morte de Cristo (1Pd 2,24). Mas será que chagas, cruz e dor – fatos negativos e, como tais, somente privação de bem – podem produzir uma realidade positiva, como é a salvação de todo o gênero humano? A verdade é que não fomos salvos pela dor de Cristo, mas pelo seu amor! Mais precisamente, do amor que se expressa no sacrifício de si mesmo. Pelo amor crucificado!

A Abelardo, que, já a seu tempo, achava repugnante a ideia de um Deus que se “agrada” com a morte do Filho, São Bernardo respondia: “Não foi a sua morte que lhe agradou, mas a sua vontade de morrer espontaneamente por nós”: “Non mors, sed voluntas placuit sponte morientis”[8].

A dor de Cristo conserva todo o seu valor, e a Igreja jamais deixará de meditar sobre ela: não, porém, como causa, por si mesma, de salvação, mas como sinal e demonstração do amor: “Deus, contudo, prova o seu amor para conosco, pelo fato de que Cristo morreu por nós, quando ainda éramos pecadores” (Rm 5,8). A morte é o sinal; o amor, o significado. O evangelista São João põe como uma chave de leitura no início da sua narração da Paixão: “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim” (Jo 13,1).

Isso tira da paixão de Cristo uma conotação que sempre suscitou perplexos e insatisfeitos: a ideia, isto é, de um preço e um resgate a ser pago a Deus (ou, pior, ao demônio!), de um sacrifício com o qual aplacar a ira divina. Na realidade, foi mais Deus quem fez o grande sacrifício de nos dar o seu Filho, de não “poupá-lo”, como Abraão fez sacrifício de não poupar o seu filho Isaac (Gn 22,16; Rm 8,32). Deus é mais o sujeito do que o destinatário do sacrifício da cruz!

Um amor digno de Deus

Agora devemos ver o que muda em nossa vida a verdade que contemplamos nos mistérios de Trindade, Encarnação e Paixão de Cristo. E, aqui, aguarda-nos a surpresa que jamais falta quando se busca aprofundar os tesouros da fé cristã. A surpresa é descobrir que, graças à nossa incorporação a Cristo, também nós podemos amar a Deus com um amor infinito, digno d’Ele!

São Paulo escreve que: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações” (Rm 5,5). O amor que foi derramado em nós é aquele mesmo com que o Pai, desde sempre, ama o Filho, não um amor diferente! “Eu neles e tu em mim – diz Jesus ao Pai –, para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu mesmo esteja neles” (Jo 17, 23.26). Note-se: “o amor com que me amaste”, não um diferente. É um transbordar do amor divino da Trindade sobre nós. Deus comunica à alma – escreve São João da Cruz – “o mesmo amor que comunica ao Filho, ainda que isto não aconteça por natureza, como no caso do Filho, mas por união[9].

A consequência é que nós podemos amar o Pai com o amor com que o ama o Filho e podemos amar Jesus com o amor com que o ama o Pai. Tudo graças ao Espírito Santo, que é esse mesmo amor. O que damos, então, a Deus de nosso, quando lhe dizemos: “Eu te amo!”? Nada mais do que o amor que recebemos d’Ele! Nada, portanto, absolutamente, da nossa parte? Seria, talvez, o nosso amor a Deus nada mais do que “reverberar” o seu próprio amor para Ele, como o eco retorna o som à sua origem?

Não neste caso! O eco do seu amor retorna a Deus da cavidade do nosso coração, mas com uma novidade que, para Deus, é tudo: o perfume da nossa liberdade e da nossa gratidão de filhos! Tudo isso se realiza, de modo exemplar, na Eucaristia. O que fazemos nela, senão oferecer ao Pai, como “nosso sacrifício”, aquilo que, na realidade, o próprio Pai nos deu, isto é, o seu Filho Jesus?

Podemos dizer a Deus Pai: “Pai, eu te amo com o amor com que te ama o teu Filho Jesus!” E dizer a Jesus: “Jesus, eu te amo com o amor com que te ama o teu Pai celeste”. E saber, com certeza,

que não é uma piedosa ilusão! Toda vez que, rezando, procuro fazê-lo eu mesmo, volta-me à mente o episódio de Jacó que se apresenta ao pai Isaac para receber a bênção, passando-se pelo irmão mais velho (Gn 27,1-23). E tento imaginar o que Deus Pai poderia dizer a si mesmo naquele momento: “Realmente, a voz não é mesmo aquela do meu Filho primogênito; mas as mãos, os pés e todo o corpo são os mesmos que meu Filho tomou na terra e trouxe aqui em cima, no céu”.

E estou certo de que Ele me abençoa, como Isaac abençoou Jacó! E os abençoa todos, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs. É o esplendor da nossa fé de cristãos. Espero ter sido capaz de transmitir algum fragmento aos homens e mulheres do nosso tempo, que estão sedentos de amor, mas desconhecem a sua fonte.

Tradução de Fr. Ricardo Farias, ofmcap

[1] Cf. H. de Lubac, *Exégèse médiévale*, I, 2, Parigi 1959, p. 670.

[2] Cf. Gregório Magno, *Moralia in Job, Epist. Missoria*, 4 (PL 75, 515).

[3] Cf. Henri de Lubac, *Histoire et Esprit*, Aubier, Paris 1950.

[4] Cf. Aristóteles, *Metafísica*, XII,7, 1072b.

[5] Cf. Duns Scotus, *Opus Parisiense*, III, d. 7, q. 4 (*Opera omnia*, XXIII, Paris 1894, p. 303).

[6] Cf. Aristóteles, *Metafísica*, XII,7, 1072b.

[7] Cf. Agostinho, *De Trinitate*, VIII, 9,14; IX, 2,2; XV, 17,31; Ricardo de São Vítor, *De Trin.* III, 2,18; Boaventura, *I Sent.* d. 13, q.1.

[8] Cf. Bernardo de Claraval, *Contro gli errori di Abelardo*, VIII, 21-22: “Non mors, sed voluntas placuit sponte morientis”.

[9] Cf. João da Cruz, *Cântico espiritual A*, estrofe 38,4.

www.vaticannews.va